

**XII PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE
ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO****INSTRUÇÕES GERAIS**

01. Leia com atenção todas as instruções deste **Caderno de Questões**.
02. Este **Caderno de Questões** só deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal de Sala.
03. Assine neste Caderno de Questões e coloque o número do seu documento de identificação.
04. Verifique se este Caderno de Questões contém 50 (cinquenta) questões com 05 (cinco) alternativas cada, caso contrário comunique imediatamente ao Fiscal.
05. A prova terá duração de 03 (três) horas. Você só poderá sair do Local de prova 1h30min após o seu início.
06. Ao receber o Cartão de Resposta, **confira o número do CPF e assine no local apropriado. É de suma importância que você assine sem ultrapassar a linha.**
07. Em hipótese alguma lhe será concedido outro Cartão de Resposta.
08. Marque suas respostas no Cartão de Resposta utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, preenchendo completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme o modelo: ●
09. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha no Cartão de Respostas de Questões Objetivas: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita do Caderno de Questões para o Cartão de Respostas.
10. A correção das provas será efetuada considerando-se apenas o conteúdo do Cartão de Respostas.
11. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, seus pontos serão atribuídos a todos os candidatos.
12. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
13. Ao terminar a prova, acione o Fiscal e devolva ao mesmo o Cartão de Respostas.

Boa Prova!

Nº do documento de identificação:

Assinatura do candidato:

**XII PROCESSO SIMPLIFICADO
PARA SELEÇÃO DE
ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE****DIREITO ADMINISTRATIVO****01 - De acordo com o entendimento sumulado dos Tribunais Superiores, é CORRETO afirmar:**

- a) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.
- b) É constitucional a exigência de depósito prévio ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recursos administrativos.
- c) A administração pública não pode declarar a nulidade dos próprios atos.
- d) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- e) O princípio da insignificância é aplicável nos crimes contra a Administração Pública.

02 - Em relação ao princípio da autotutela administrativa, NÃO é válido estabelecer que:

- a) A Lei nº 9784/99 prevê um prazo de 4 (quatro) anos para rever os atos que sejam favoráveis a particulares, salvo má-fé do beneficiado.
- b) A anulação de atos ilegais pelo poder público é um poder-dever.
- c) O exercício da autotutela não afasta a apreciação jurisdicional.
- d) O ente estatal pode revogar atos administrativos quando inoportunos ou inconvenientes.
- e) É desnecessária autorização jurisdicional para anular ato administrativo, quando o administrador público verificar a sua nulidade.

03 - Tomando por conta a disciplina dos poderes administrativos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A liberação de veículo retido apenas por transporte irregular de passageiros não está condicionada ao pagamento de multas e despesas.

b) No processo administrativo para imposição de multa de trânsito, são necessárias as notificações da autuação e da aplicação da pena decorrente da infração.

c) É ilegal condicionar a renovação da licença de veículo ao pagamento de multa, da qual o infrator não foi notificado.

d) Ofende o princípio da livre concorrência, lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

e) É constitucional a criação, por constituição estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros poderes ou entidades.

04 - São ciclos do poder de polícia, EXCETO:

- a) Ordem de polícia
- b) Consentimento de polícia
- c) Requisição de polícia
- d) Fiscalização de polícia
- e) Sanção de polícia

05 - NÃO configura atributo do ato administrativo, a presunção de:

- a) Veracidade
- b) Legitimidade
- c) Imperatividade
- d) Exigibilidade
- e) Contemporaneidade

06 - No que diz respeito às formas de extinção do ato administrativo, lei superveniente que impede a manutenção do ato inicialmente válido configura:

- a) Cassação
- b) Caducidade
- c) Contraposição
- d) Revogação
- e) Convalidação

07 - Quanto à descentralização de serviços públicos, é INCORRETO afirmar que a outorga:

- a) Implica na transferência da execução e da titularidade do serviço a outra entidade
- b) É realizada mediante lei específica
- c) É feita somente às pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração Indireta, especializadas na execução destas atividades
- d) Exclui o controle do ente federativo delegante
- e) Implica que os titulares dos serviços transferidos executem as atividades delegadas por sua conta e risco.

DIREITO CONSTITUCIONAL

08 - O remédio constitucional do Habeas Data destina-se a disciplinar o direito de acesso a informação e encontra-se previsto expressamente no art. 5º, LXXII, da Constituição Federal. Sobre o Habeas Data, identifique a alternativa correta.

- a) Será concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, bem como, de terceiro interessado, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- b) Será concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- c) Será concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas a pessoa do impetrante, bem como, de terceiro interessado, constantes de registros públicos ou particulares e banco de dados governamentais.
- d) Será concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros públicos ou particulares e bancos de dados de entidades governamentais.
- e) Será concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, bem como, de terceiro interessado, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais, sem caráter público.

09 - O Supremo Tribunal Federal poderá aprovar enunciados de súmulas vinculantes, que têm por objeto a validade, a interpretação e a eficácia de

normas determinadas. Sobre as súmulas vinculantes assinale a alternativa correta.

- a) Se um ato administrativo contrariar a súmula aplicável ou indevidamente o aplicar, não caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, pois o cabimento da reclamação é restrito à decisão judicial.
- b) Se um ato administrativo contrariar a súmula aplicável ou indevidamente o aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, que, julgando-a procedente, determinará ao órgão administrativo que profira outro com ou sem aplicação da súmula, conforme o caso.
- c) Se um ato administrativo contrariar a súmula aplicável ou indevidamente o aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, desde que a instância administrativa tenha sido previamente exaurida.
- d) Se um ato administrativo contrariar a súmula aplicável ou indevidamente o aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo.
- e) Se um ato administrativo contrariar a súmula aplicável ou indevidamente o aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, advertirá o órgão administrativo das consequências da violação.

10 - O Art. 5º, XLV e XLVI da Constituição Federal prevê como garantias fundamentais regras constitucionais sobre as penas. Assim, assinale a alternativa correta sobre os Princípios da Personalidade e da Individualização da Pena.

- a) a pena é personalíssima, o que significa que nenhuma pena passará da pessoa do condenado, vedada a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser estendidas aos sucessores e contra eles executadas; a lei regulará a individualização da pena e adotará entre outras, as seguintes penas: privação ou restrição da liberdade, perda de bens, prestação social alternativa e multa.
- b) a pena é personalíssima, o que significa que nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, independentemente do limite do valor do patrimônio dos sucessores; a lei regulará a individualização da pena e adotará entre outras, as

seguintes penas: privação ou restrição da liberdade, prestação social alternativa e multa.

c) a pena é personalíssima, o que significa que nenhuma pena passará da pessoa do condenado, vedada a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser estendidas aos sucessores e contra eles executadas; a lei regulará a individualização da pena e adotará entre outras, as seguintes penas: privação ou restrição da liberdade, prestação social alternativa e multa.

d) a pena é personalíssima, o que significa que nenhuma pena passará da pessoa do condenado, vedada a obrigação de reparar o dano ser estendida aos sucessores e contra eles executada; a lei regulará a individualização da pena e adotará entre outras, as seguintes penas: privação ou restrição da liberdade, perda de bens, multa, prestação social alternativa e suspensão ou interdição de direitos.

e) a pena é personalíssima, o que significa que nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido; a lei regulará a individualização da pena e adotará entre outras, as seguintes penas: privação ou restrição da liberdade, perda de bens, multa, prestação social alternativa e suspensão ou interdição de direitos.

11 - Com relação ao direito de associação previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa errada.

a) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

b) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

c) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado.

d) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

e) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

12 - As constituições podem ser classificadas conforme o conteúdo, o modo de elaboração, a alterabilidade, a sistemática, dentre outros critérios. Com relação a correspondência da realidade (critério ontológico), as Constituições podem ser classificadas como normativas, nominalistas e semânticas. Com relação a esses conceitos, assinale a alternativa correta.

a) Nominalistas são as constituições em que o processo de poder está de tal forma disciplinado, que as relações políticas e os agentes do poder subordinam-se às determinações do seu conteúdo e do seu controle procedimental, ou seja, a limitação de poder prevista da constituição se implementa na prática.

b) Semânticas são simples reflexos da realidade política, servindo como mero instrumento dos donos do poder e das elites políticas, sem limitação do seu conteúdo, característica do autoritarismo.

c) Normativas são as constituições que contêm disposições de limitação e controle de dominação política, sem ressonância na sistemática de processo real de poder, e com insuficiente concretização constitucional, ou seja, busca-se essa concretização, porém, sem sucesso, não se conseguindo uma verdadeira normatização do processo real do poder na prática.

d) Nominalistas são simples reflexos da realidade política, servindo como mero instrumento dos donos do poder e das elites políticas, sem limitação do seu conteúdo, característica do autoritarismo.

e) Semânticas são as constituições em que o processo de poder está de tal forma disciplinado, que as relações políticas e os agentes do poder subordinam-se às determinações do seu conteúdo e do seu controle procedimental, ou seja, a limitação de poder prevista da constituição se implementa na prática.

13 - O controle concentrado de constitucionalidade pode ser exercido por meio de determinadas ações constitucionais, a ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade, a ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade, a ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e a ADO – Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. Conforme previsto na Constituição Federal, com relação ao objeto da ADI e da ADC, assinale a alternativa correta.

a) A ADI tem por objeto lei ou ato normativo federal, enquanto a ADC tem por objeto lei ou ato normativo estadual ou federal.

b) A ADI tem por objeto lei ou ato normativo municipal, estadual ou federal, enquanto a ADC tem por objeto lei ou ato normativo estadual ou federal.

c) A ADI e a ADC têm por objeto lei ou ato normativo estadual ou federal.

d) A ADI tem por objeto lei ou ato normativo estadual ou federal, enquanto a ADC tem por objeto lei ou ato normativo federal.

e) A ADI e a ADC têm por objeto lei ou ato normativo municipal.

14 - O poder constituinte originário está diretamente ligado a criação de uma constituição, entendida como a lei fundamental de determinada comunidade política. Por outro lado, o poder constituinte derivado é criado e instituído pelo poder constituinte originário. Aponte a alternativa que traz os conceitos corretos de poder constituinte derivado reformador e decorrente.

a) O poder constituinte derivado reformador tem por missão estruturar a Constituição dos Estados-Membros ou, em momento seguinte, havendo necessidade de adequação e reformulação, modificá-la, sendo que tal competência decorre da capacidade de auto-organização estabelecida pelo poder constituinte originário. Por outro lado, o poder constituinte derivado decorrente busca a sua fonte de validade na cidadania universal, no pluralismo de ordenamentos jurídicos, na vontade de integração e em um conceito remodelado de soberania.

b) O poder constituinte derivado reformador tem por missão estruturar a Constituição dos Estados-Membros ou, em momento seguinte, havendo necessidade de adequação e reformulação, modificá-la, sendo que tal competência decorre da capacidade de auto-organização estabelecida pelo poder constituinte originário. Por outro lado, o poder constituinte derivado decorrente tem a capacidade de modificar a Constituição Federal, por meio de um procedimento específico, estabelecido pelo originário, sem que haja uma verdadeira revolução, manifestando-se através das emendas constitucionais.

c) O poder constituinte derivado reformador tem a capacidade de modificar a Constituição Federal, por meio de um procedimento específico, estabelecido pelo originário, sem que haja uma verdadeira

revolução, manifestando-se através das emendas constitucionais. Por outro lado, o poder constituinte derivado decorrente é fruto do trabalho de criação do originário, estando, portanto, a ele vinculado. Melhor seria a utilização da nomenclatura competência de revisão, na medida em que não se trata, necessariamente, de um “poder”, uma vez que o processo de revisão está limitado por uma força maior que é o poder constituinte originário, destacando-se que a própria constituição, no ADCT, previu que a revisão constitucional seria realizada após 5 anos, contados da promulgação da Constituição.

d) O poder constituinte derivado reformador é fruto do trabalho de criação do originário, estando, portanto, a ele vinculado. Melhor seria a utilização da nomenclatura competência de revisão, na medida em que não se trata, necessariamente, de um “poder”, uma vez que o processo de revisão está limitado por uma força maior que é o poder constituinte originário, destacando-se que a própria constituição, no ADCT, previu que a revisão constitucional seria realizada após 5 anos, contados da promulgação da Constituição. Por outro lado, o poder constituinte derivado decorrente tem por missão estruturar a Constituição dos Estados-Membros ou, em momento seguinte, havendo necessidade de adequação e reformulação, modificá-la, sendo que tal competência decorre da capacidade de auto-organização estabelecida pelo poder constituinte originário.

e) O poder constituinte derivado reformador tem a capacidade de modificar a Constituição Federal, por meio de um procedimento específico, estabelecido pelo originário, sem que haja uma verdadeira revolução, manifestando-se através das emendas constitucionais. Por outro lado, o poder constituinte derivado decorrente tem por missão estruturar a Constituição dos Estados-Membros ou, em momento seguinte, havendo necessidade de adequação e reformulação, modificá-la, sendo que tal competência decorre da capacidade de auto-organização estabelecida pelo poder constituinte originário.

15 - Sobre a “Cláusula de Reserva de Plenário” disposta expressamente no art. 97 da Constituição, assinale a alternativa correta:

a) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais e as turmas recursais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

b) Somente pelo voto da maioria relativa de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais e as turmas recursais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

c) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

d) Somente pelo voto da maioria relativa de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais superiores declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

e) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais e as turmas recursais declarar a constitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

16 - Pode-se dizer que as emendas constitucionais são expressões do poder constituinte derivado reformador, por meio da qual se altera o quanto produzido pelo poder constituinte originário. Com relação às limitações impostas pela Constituição à edição de emendas constitucionais, aponte a alternativa correta, conforme expresso no art. 60, §4º da Constituição Federal.

a) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.

b) Não será objeto de aprovação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes, e os direitos e garantias fundamentais.

c) Não será objeto de aprovação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, obrigatório, universal e periódico, a separação dos Poderes, e os direitos e garantias individuais.

d) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, obrigatório e periódico, a separação dos Poderes, e os direitos e garantias individuais e coletivos.

e) Não será objeto de aprovação a proposta de emenda tendente a abolir os sistemas de governo, o voto direto, universal, obrigatório e periódico, a separação dos Poderes, e os direitos e garantias individuais.

17 - Com relação ao sigilo de correspondência e comunicações, direito fundamental expresso no art. 5º, XII, da Constituição Federal, aponte a alternativa correta:

a) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

b) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal, instrução processual civil, penal ou administrativa.

c) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual civil e penal.

d) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal e administrativa.

e) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, independentemente de ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal instrução processual civil, penal ou administrativa.

DIREITO CIVIL

18 - De acordo com o Código Civil, responda a alternativa correta:

a) a propriedade presume-se plena e exclusiva, até prova em contrário.

b) a propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais.

c) adquire também a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por vinte anos.

d) não poderá o possuidor requerer ao juiz seja declarada adquirida, mediante usucapião, a propriedade imóvel.

e) aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante oito anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.

19 - Sobre os negócios jurídicos no Código Civil, assinale a resposta correta:

a) constitui ato ilícito a lesão à pessoa, a fim de remover perigo iminente.

b) aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, comete ato ilícito, ressalvado o exclusivamente moral.

c) é de vinte anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico.

d) o negócio anulável não pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.

e) é nulo o negócio jurídico quando revestir a forma prescrita em lei.

20 - Sobre as pessoas naturais, marque a resposta correta, com base no Código Civil:

a) são relativamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.

b) os menores de 18 (dezoito) anos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.

c) toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

d) os pródigos são absolutamente incapazes.

e) os ébrios habituais e os viciados em tóxico são absolutamente incapazes.

21 - Segundo o Código Civil, os direitos da personalidade são:

a) sempre renunciáveis.

b) sempre transmissíveis pela herança.

c) nunca transmissíveis.

d) nunca renunciáveis.

e) intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária, ressalvados os casos previstos em lei.

22 - De acordo com o Código Civil, prescreve em três anos:

a) a pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários.

b) a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.

c) a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição.

d) a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.

e) a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.

23 - Com relação aos direitos da obrigação contido no Código Civil, responda a alternativa incorreta:

a) a obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.

b) os frutos percebidos são do credor, cabendo ao devedor os pendentes.

c) Sendo culpado o devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, com direito a reclamar, em um ou em outro caso, indenização das perdas e danos..

d) se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.

e) se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.

24 - Conforme o Código Civil, os bens:

- a) são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- b) os bens públicos estão sujeitos a usucapião.
- c) os bens públicos dominicais não podem ser alienados, ainda que observadas as exigências da lei.
- d) os mares são bens privados.
- e) as praças são bens privados

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

25 - Acerca das normas fundamentais positivadas no Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta:

- a) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.
- b) Em nenhuma hipótese se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- c) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, porém somente precisam ser fundamentadas as decisões de mérito, sob pena de nulidade.
- d) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados e defensores públicos, mas não pelos membros do Ministério Público.
- e) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

26 - NÃO haverá resolução de mérito quando o juiz:

- a) Julgar improcedente o pedido.
- b) Homologar a transação entre as partes.
- c) Indeferir a petição inicial.
- d) Homologar a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.

- e) Julgar procedente o pedido.

27 - O pedido deve ser determinado. É lícito, porém, formular pedido genérico:

- a) nas ações universais, ainda que o autor possa individuar os bens demandados.
- b) quando for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato;
- c) nos juizados especiais cíveis.
- d) nas ações de obrigação de fazer.
- e) quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.

28 - Assinale a alternativa que NÃO corresponde ao regramento processual sobre a reconvenção:

- a) Proposta a reconvenção, o autor será intimado pessoalmente para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias.
- b) Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
- c) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
- d) A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro.
- e) O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.

29 - Sobre a audiência de instrução, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No dia e na hora designados, o juiz declarará aberta a audiência de instrução e julgamento e mandará apregoar as partes e os respectivos advogados, bem como outras pessoas que dela devam participar.
- b) Instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, mas apenas no caso de ausência de emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos.
- c) O juiz deve tratar com urbanidade as partes, os advogados, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e qualquer pessoa que participe do processo;

d) A audiência poderá ser adiada se não puder comparecer, por motivo justificado, qualquer pessoa que dela deva necessariamente participar

e) A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, desde que haja concordância das partes.

30 - NÃO é parte integrante do relatório da sentença:

a) a identificação dos nomes das partes.

b) a identificação do caso, com a suma do pedido.

c) o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo.

d) os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito.

e) a identificação do caso, com a suma da contestação.

31 - Ainda sobre a sentença, assinale a alternativa CORRETA:

a) Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, não deve o juiz tomá-lo em consideração, em nenhuma hipótese.

b) Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la, dentre outras hipóteses, para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexactidões materiais ou erros de cálculo.

c) d) A decisão deve ser certa, salvo se resolver relação jurídica condicional.

d) Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la, dentre outras hipóteses, por meio de embargos de declaração.

e) É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

DIREITO PENAL

32 - Sobre a imputabilidade penal, marque a certa:

a) É isento de pena o agente que, por perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental

incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

b) Não exclui a imputabilidade penal a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.

c) Os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, não ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

d) Excluem a imputabilidade a emoção e a paixão.

e) A imputabilidade penal exclui a antijuridicidade do crime.

33 - É correto dizer sobre o concurso de pessoas:

a) Na autoria mediata, o chamado “sujeito de trás” se utiliza, para o cometimento da infração penal, de uma pessoa sem discernimento ou que esteja com errada percepção da realidade, ou de pessoa sem culpabilidade ou que age sem dolo ou culpa.

b) É imprescindível ao concurso de pessoas a pluralidade de participantes e de condutas, a relevância causal de cada conduta, o prévio acordo entre os participantes e a identidade de infração penal.

c) De acordo com a teoria da acessoriedade máxima, extrema ou extremada, para a punição do partícipe é necessário que o autor, revestido de culpabilidade, pratique um fato típico e ilícito e, ainda, que seja efetivamente punido no caso concreto.

d) Participação negativa ocorre quando o agente, além de poder agir no caso concreto, detém o dever de agir para evitar o resultado, em alguma das hipóteses do art. 13, §2º do CP.

e) A teoria do domínio do fato tem aplicação nos crimes dolosos e culposos.

34 - Sobre as penas restritivas de direito e multa, marque a incorreta:

a) Leis penais especiais podem estabelecer penas restritivas de direitos diversas daquelas previstas no Código Penal.

b) Dentre as penas de interdição temporária de direitos está a proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.

c) A limitação de fim de semana consiste na obrigação de permanecer, aos sábados e domingos, por 5 horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.

d) A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 salário-mínimo nem superior a 360 salários-mínimos.

e) A pena de multa deve ser paga integralmente dentro de 30 (trinta) dias depois de transitada em julgado a sentença, admitindo que o pagamento se realize em parcelas mensais, desde que o mínimo da parcela corresponda a 10% do total.

35 - Assinale a correta sobre os crimes contra o patrimônio:

a) No estelionato, o juiz pode, mesmo que o condenado seja reincidente, substituir a pena de reclusão pela de detenção, se de pequeno valor o prejuízo.

b) O juiz pode O crime de apropriação indébita consiste na apropriação de coisa alheia imóvel, de que tem a posse ou a detenção.

c) O furto de coisa comum é crime de ação penal pública incondicionada.

d) O roubo com emprego de arma de fogo tem a pena aumentada no patamar de 1/6 até metade.

e) Será qualificado o crime de extorsão mediante sequestro se o sequestro durar mais de 24 (vinte e quatro) horas.

36 - Sobre o crime de homicídio, marque a errada:

a) Para o feminicídio, considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve a violência doméstica e familiar e o menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

b) O privilégio consiste numa causa de diminuição da pena do crime de homicídio.

c) Qualifica o delito de homicídio o emprego de arma de fogo de uso permitido, restrito ou proibido.

d) O homicídio culposo é punido com pena de detenção.

e) O homicídio culposo admite o perdão judicial, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária

37 - Em relação à medida de segurança, é correto dizer:

a) Medida de segurança detentiva é a que se dá por meio de sujeição a tratamento ambulatorial.

b) A internação, ou tratamento ambulatorial, será por um prazo mínimo de 3 anos.

c) Em qualquer fase do tratamento ambulatorial, poderá o juiz determinar a internação do agente, se essa providência for necessária para fins de perícia judicial.

d) O Código Penal adota o sistema vicariante, em que se aplica pena ou medida de segurança, sendo vedada a aplicação cumulativa de ambas.

e) A desinternação, ou a liberação, será sempre condicional devendo ser restabelecida a situação anterior se o agente, antes do decurso de 3 anos, pratica fato indicativo de persistência de sua periculosidade.

38 - Sobre a prescrição, é certo afirmar:

a) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 2 anos quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada com a pena privativa de liberdade.

b) As penas mais leves não prescrevem com as mais graves.

c) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 18 anos, ou, na data da sentença, maior de 60 anos.

d) Não há crimes imprescritíveis no nosso ordenamento jurídico, sob pena de ofensa à segurança jurídica dos cidadãos.

e) Os prazos de prescrição das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos são os mesmos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

39 - No que se refere ao Juizados Especiais Criminais, marque a correta:

a) Para o oferecimento da denúncia, que será elaborada com base necessariamente em inquérito policial, prescindir-se-á do exame do corpo de delito quando a materialidade do crime estiver aferida por boletim médico ou prova equivalente.

b) Mesmo incidindo o princípio da informalidade, não é possível, na ação penal de iniciativa do ofendido, a queixa ser oferecida de forma oral.

c) Oferecida a denúncia ou queixa, será entregue cópia ao acusado, que com ela ficará citado para responder à acusação, em 3 dias.

d) A sentença criminal dos juizados especiais não dispensa o relatório, diferentemente do que ocorre com a sentença cível.

e) O prazo dos embargos de declaração é de 5 dia e conta-se da ciência da decisão.

40 - Sobre o incidente de insanidade mental, assinale a errada:

a) Quando houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, o juiz ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, seja este submetido a exame médico-legal.

b) O exame poderá ser ordenado ainda na fase do inquérito, mediante representação da autoridade policial ao juiz competente.

c) O juiz nomeará curador ao acusado, quando determinar o exame, ficando suspenso o processo, sendo vedada a realização de qualquer ato processual, ainda que prejudicial ao réu.

d) Para o efeito do exame, o acusado, se estiver preso, será internado em manicômio judiciário, onde houver, ou, se estiver solto, e o requererem os peritos, em estabelecimento adequado que o juiz designar.

e) O exame não durará mais de quarenta e cinco dias, salvo se os peritos demonstrarem a necessidade de maior prazo.

41 - Sobre o Juiz das Garantias, marque a errada:

a) O processo penal terá estrutura acusatória, vedadas a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação.

b) O preso em flagrante ou por força de mandado de prisão provisória será encaminhado à presença do juiz de garantias no prazo de 48 horas, momento em que se realizará audiência com a presença do Ministério Público e da Defensoria Pública ou de advogado constituído, vedado o emprego de videoconferência.

c) Se o investigado estiver preso, o juiz das garantias poderá, mediante representação da autoridade policial e ouvido o Ministério Público, prorrogar, uma única vez, a duração do inquérito por até 15 dias,

após o que, se ainda assim a investigação não for concluída, a prisão será imediatamente relaxada.

d) Recebida a denúncia ou queixa, as questões pendentes serão decididas pelo juiz da instrução e julgamento.

e) As decisões proferidas pelo juiz das garantias não vinculam o juiz da instrução e julgamento, que, após o recebimento da denúncia ou queixa, deverá reexaminar a necessidade das medidas cautelares em curso, no prazo máximo de 10 dias.

42 - Sobre a prova testemunhal, marque a correta:

a) Toda pessoa poderá ser testemunha.

b) O depoimento será prestado oralmente ou por escrito.

c) Se ocorrer dúvida sobre a identidade da testemunha, o juiz procederá à verificação pelos meios ao seu alcance, somente podendo tomar-lhe o depoimento após a referida verificação.

d) As testemunhas serão inquiridas cada uma de per si, podendo aguardar a sua vez em sala comum, desde que separadas as da defesa das testemunhas de acusação.

e) A testemunha faltosa pode ser multada e ser condenada ao pagamento das custas da diligência, porém não pode ser processada por desobediência.

43 - Sobre a prisão preventiva, marque a errada:

a) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

b) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver indício da existência do crime e prova de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

c) A prisão preventiva também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.

d) Será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado

imediatamente em liberdade após a identificação, salvo se outra hipótese recomendar a manutenção da medida.

e) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva se, no correr da investigação ou do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista, bem como novamente decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

44 - Sobre a Lei Maria da Penha, assinale a errada:

a) Incide a Lei Maria da Penha se a violência é cometida numa relação afetiva entre duas mulheres.

b) Violência moral corresponde aos crimes de calúnia, injúria e difamação.

c) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, até o oferecimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

d) Só há um crime tipificado na Lei Maria da Penha, qual seja, o de descumprimento de decisão judicial que fixa medida protetiva de urgência prevista nessa lei.

e) Excepcionalmente, um policial pode aplicar medida protetiva de urgência.

45 - Sobre o Tribunal do Júri, marque a correta:

a) Para pronunciar o acusado, o juiz ou juíza deve estar convencido(a) da materialidade do fato e da autoria ou participação.

b) Na fundamentação da pronúncia, além das circunstâncias qualificadoras, deve o juiz ou juíza fundamentar as causas de aumento e de diminuição da pena.

c) Se o juiz ou juíza impronunciar o acusado, é possível, enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade, ser reaberto o caso nos próprios autos, dispensando o oferecimento de nova denúncia ou queixa, em razão do princípio da economia processual.

d) O acusado solto que não for encontrado será intimado da pronúncia por edital.

e) Contra a sentença de impronúncia caberá RESE.

DIREITO CONSUMIDOR

46 - De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, responda a alternativa correta:

a) consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

b) equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que não haja intervindo nas relações de consumo.

c) produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, salvo os imateriais.

d) fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, ressalvados os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

e) serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, ainda que sem remuneração.

47 - São direitos básicos do consumidor:

a) a preservação do máximo existencial, nos termos da regulamentação, na repactuação de dívidas e na concessão de crédito.

b) a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

c) a garantia de práticas de crédito responsável, de educação financeira e de prevenção e tratamento de situações de superendividamento, preservado o máximo existencial, nos termos da regulamentação, por meio da revisão e da repactuação da dívida, entre outras medidas.

d) a não modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

e) a não proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.

48 - No tocante à responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, assinale a alternativa incorreta:

a) o produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

b) o fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

c) aquele que efetivar o pagamento ao prejudicado poderá exercer o direito de regresso contra os demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso.

d) a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

e) o serviço é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

49 - Segundo o Código de Defesa do Consumidor, são impróprios ao uso e consumo:

a) os produtos dentro da validade.

b) os produtos adequados ao fim a que se destinam.

c) os produtos adequados com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação.

d) os produtos não são nocivos à vida ou à saúde.

e) os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam.

50 - É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

a) exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva.

b) elevar com justa causa o preço de produtos.

c) elevar com justa causa o preço de serviços.

d) estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação.

e) aplicar fórmula ou índice de reajuste nos moldes da lei e do contratualmente estabelecido.

EDITAL Nº 244/2023

A Comissão de Seleção nomeada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, através da Portaria Nº 1310/2023, **TORNA PÚBLICA** a divulgação do **GABARITO PRELIMINAR** do **XII PROCESSO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS, DESTINADO AOS ALUNOS DO CURSO DE DIREITO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR REGULARIZADAS JUNTO AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**, referente à prova realizada no polo de Maceió no dia 24 de setembro de 2023.

GABARITO PRELIMINAR **CURSO DE DIREITO**

1. Divulgado o gabarito preliminar, cabe ao candidato em caso de discordância apresentar Recurso com base no item 11, do Edital Nº 165/2023, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da publicação no Diário Oficial do Poder Judiciário de Alagoas;
2. O resultado preliminar dos aprovados será divulgado na data prevista de 19.10.2023.

01. D	02. A	03. E	04. C	05. E	06. B	07. D	08. B
09. D	10. E	11. C	12. B	13. D	14. E	15. C	16. A
17. A	18. A	19. D	20. C	21. E	22. C	23. B	24. A
25. A	26. C	27. E	28. A	29. B	30. D	31. E	32. B
33. A	34. E	35. C	36. C	37. D	38. E	39. E	40. C
41. B	42. A	43. B	44. C	45. D	46. A	47. B	48. E
49. E	50. A						

Maceió, 25 de setembro de 2023.

Carolina Sampaio Valões Da Rocha Coêlho
Coordenadora de Projetos Especiais
Juíza de Direito / Presidente

André Luis Parizio Maia Paiva
Juiz de Direito e Membro

Bruno Araújo Massoud
Juiz de Direito e Membro

Natalia Cerqueira de Castro
Juiz de Direito e Membro

Raul Cabus
Juiz de Direito e Membro

Ana Paula Barros Ramos
Servidor Membro

Renan Gustavo Ferro Gonzaga
Servidor Membro